



# Anais da Assembléia

Nº 01

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 1997

ANO XXIII

## *Mesa Diretora*

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**  
3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**  
3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**  
4º Secretária - PPB

**ANGELO VANHONI**  
5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

## *Representação Partidária*

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walnor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Bor-sato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florivaldo Fier - Irineu Co-lombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 1997.  
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rony Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmar Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Aníbal Khury.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 179**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 445/96, de autoria deste Deputado, que altera a redação do Artigo 1º da Lei nº 11.027, de 29.12.94, nele incluindo o Município de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO Nº 182**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 224/96 que "considera relevante no impacto sócio-ambiental, o remanejamento e reassentamento de contingente populacional em áreas onde são implantados empreendimentos de barragens no Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) IRINEU COLOMBO

**REQUERIMENTO Nº 178**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do item 01, 2ª Discussão, do Projeto de Lei nº 328/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 185**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, que seja integrado junto a equipe de Auditores do Banco do Estado do Paraná, que encontram-se em Assunção no Paraguai, por determinação do Governador do Estado, investigando as denúncias atribuídas ao Banco Del Paraná, Técnicos do Tribunal de Contas do Estado, para acompanhamento do referido processo investigatório.

Nestes termos pede deferimento, conforme o que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) CAIO QUINTANA

Apoiamento: Renato Adur, Orlando Pessuti, Toti Colaço, Luiz Claudio Romanelli e Emerson Nerone.

**REQUERIMENTO Nº 186**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário natural da Cidade de Ponta Grossa/PR, José Madureira.

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

Natural de Ponta Grossa, José Madureira nasceu no bairro de Nova Rússia próximo da antiga chácara de seu avô, Vespasiano Madureira, próspero comerciante da região, que mais tarde passaria a se chamar Vila Madureira. Órfão de pai (Antonio Madureira) muito cedo, aprendeu a trabalhar desde menino para ajudar a mãe Eulália dos Santos Madureira nas despesas da casa, trabalhando nas diversas casas comerciais do centro da cidade até a mocidade quando conheceu Zuleika Justus Madureira, filha de Christiano Justus Jr. e Helena Hilgemberg Justus, com quem se casou em 14/07/51. Após o casamento passou a trabalhar com o sogro pois logo formaram uma grande amizade baseada no respeito e confiança que tinham um pelo outro. Teve sucesso nos negócios e mais tarde já fazia parte como sócio da Madureira Justus e Cia./1952. Continuou trabalhando no ramo madeireiro até que em 1966 fundou sua própria empresa J. Madureira S/A - JOMASA, a qual mantém atividades até hoje, principalmente com madeiras mas já tendo atuado também na agricultura, pecuária e beneficiamento de cereais.

Na vida familiar também progrediu sendo abençoado com 3 filhos, 4 filhas, 3 genros, 2 noras e 13 netos.

Seu José completou a idade de 67 anos no último mês de Setembro e em Julho de 96 comemorou ao lado da esposa e demais familiares as "Bodas de Rubi" por 45 anos de matrimônio. Ainda no tempo de noivado foi convidado a participar na Igreja Luterana de Ponta Grossa, na qual também casaram e batizaram seus filhos e netos e onde pode aprender e crescer na fé em Deus e nos seus ensinamentos. E foi dentro destes ensinamen-

tos que procurou conduzir sua vida, sua família e seu trabalho.

Foi Presidente da Igreja Luterana Bom Pastor.

Foi membro fundador da Sociedade Rural dos Campos Gerais.

Era membro ativo dos Gideões Internacionais, organização de empresários cristãos de difusão da Bíblia nos diferentes meios da sociedade.

Era sócio colaborador de diversas entidades sociais de Ponta Grossa.

Foi também diretor do Rotary Club de Ponta Grossa.

Como reconhecimento pelo seu trabalho, foi honrado em 1984 quando recebeu o Troféu Indústria, prêmio concedido anualmente pela Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa em conjunto com o Sindicato da Madeira.

#### REQUERIMENTO Nº 177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, estribado no Art. 133, § 4º da Constituição Estadual, REQUER o envio de expediente ao Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Sr. Miguel Salomão, as providências necessárias no sentido de determinar que seja repassado ao gabinete deste Parlamentar, mensalmente o demonstrativo financeiro expedido pela Coordenação da Administração Financeira daquela Secretaria, referente ao mês imediatamente anterior, inclusive aos meses de agosto a dezembro/96.

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) JOSE MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Como legítimos representantes do povo, Senhor Presidente, é dever e direito de todo Parlamentar informar-se, informar, acompanhar e fiscalizar o emprego dos recursos públicos do Estado.

Portanto, nada mais justo que cada Deputado seja municiado com as informações ora requeridas, de tal forma que se lhe permita acesso aos dados que servem de ponto de partida para o correto exercício da sua função.

#### REQUERIMENTO Nº 180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando sejam prestadas as informações a esta Casa de Leis, sobre os recursos do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

1) Qual o montante recebido pelo BANESTADO dos recursos que vieram do Governo Federal para serem aplicados no PRONAF para investimento e custeio?

2) Quantos contratos foram liberados e efetuados nas duas modalidades em 1996/1997 e seus respectivos valores?

O PRONAF é um Programa de financiamento voltado exclusivamente à agricultura denominada "familiar". Por este Programa, o agricultor paga apenas 50% da TULP, mais seis por cento de taxas de juros com prazo de até oito anos para o resgate da dívida.

Informações obtidas pela imprensa dão conta de que no Estado do Paraná apenas cerca de 20 pedidos de empréstimos do PRONAF foram aprovados pelo BANESTADO.

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo, o Sr. Osvaldo Luiz Magalhães dos Santos, solicitando a implantação de um Núcleo Regional de Esporte e Turismo no Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente tem como única função, a criação de um Núcleo Regional, no Município de Francisco Beltrão, a fim de que os Municípios da Região Sudoeste do Paraná, tenham em sua própria região uma extensão da Secretaria de Esportes e Turismo do Estado do Paraná.

Diante do exposto solicito o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis para a aprovação deste requerimento, em atendimento às lideranças da Região Sudoeste do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Hitoshi Nakamura, Secretário de Estado do Meio Ambiente, referente à desapropriação da área do PAVOC, pertencente ao Clube Atlético Paranaense, para realização das obras do Canal Extravisor.

1) Qual o valor pago pelo Governo do Paraná, na desapropriação da área do Canal Extravisor?

2) Qual o tamanho da área desapropriada pelo Governo do Estado, para conclusão das obras do Canal Extravisor?

3) Qual o valor das benfeitorias desapropriadas, na respectiva área?

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Jaime Tadeu Lechinski, Secretário de Estado da Comunicação Social, solicitando as seguintes informações:

1) Especificar o total geral de gasto, com comunicação social (pedido de autorização para divulgação e veículo PADV) mês-a-mês nos anos de 95 e 96.

1.1) Especificar por cada veículo (rádio, revistas, TV, jornais) do Estado e do País.

1.2) Especificar também as empresas.

2) Especificar, mês-a-mês o PADV por órgãos da Administração Direta (Secretarias, Autarquias, etc.) e Indireta (BANESTADO, COPEL, CELEPAR, SANEPAR, etc.).

3) Especificar as despesas, mês-a-mês, com os comunicadores, no mesmo período.

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Luiz Claudio Romanelli.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam transformados, setenta e oito (78) cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em cento e sessenta e dois (162) cargos, símbolos "G", conforme especifica:

(07) sete cargos de Ascensoristas, (05) cinco cargos de Telefonistas, (05) cinco cargos de Auxiliares da Administração "A", (05) cinco cargos de Auxiliares Legislativos "A", (05) cinco cargos de Oficial Administrativo "A", (05) cinco cargos de Oficial Legislativo "A", (03) três cargos de Fisioterapeutas, (03) três cargos de Psicólogos, (02) dois cargos de Enfermeiros, (02) dois cargos de Taquígrafos "B", (08) oito cargos de Odontólogos, (08) oito cargos de Médicos, (07) sete cargos de Consultores Legislativos "B", (10) dez cargos de Secretário de Comissão, (02) dois cargos de Consultores Técnicos às Comissões e (01) um cargo de Consultor Técnico "A".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir de 1º de março de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

**JUSTIFICATIVA:**

Os Cargos de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia que pretendemos transformá-los em Cargos Comissionados Simbologia "G", encontram-se vagos e em virtude de já estarem incluídos no Orçamento neste Poder e assemelhando-se sua equivalência salarial, não haverá desta forma aumento algum de despesa, razão pela qual pedimos o apoio dos demais Deputados desta Casa.

**Projeto de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 040/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e instituir o Programa denominado "Vila do Policial", no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O Programa se destina à construção de casas para alojar policiais civis e militares ativos ou inativos, preferencialmente com famílias constituídas, nos municípios que possuam Delegacias ou Corporações Militares, na quantidade suficiente para abrigar todos os que estiverem dentro das especificações desta lei.

Art. 2º - É de competência do Governo do Estado, a aquisição do terreno para a implantação da "Vila do Policial" enquanto à COHAPAR - Companhia Habitacional do Paraná, caberá a construção das moradias com 2 (dois) e 3 (três) quartos, dependendo das necessidades auferidos por um prévio levantamento junto aos policiais interessados.

Art. 3º - Terão direito à moradia na "Vila do Policial" o policial civil ou militar que não possuir imóvel em seu nome ou de sua esposa, no local onde estiver destacado.

Art. 4º - As moradias que comporão a "Vila do Policial", serão de uso exclusivo do policial que estando na ativa, nos casos de exoneração, demissão, transferência, só poderão ceder ou transferir o imóvel a outro policial, nos casos de aposentadoria ou falecimento a moradia ficará na posse de seus familiares ou herdeiros.

Parágrafo Único - Os policiais inativos civis ou militares também terão os mesmos direitos a residir no imóvel pertencente a "Vila do Policial".

Art. 5º - Será descontado no valor de 10% (dez por cento) dos vencimentos ou soldos ou aposentadoria do policial para pagamento das prestações da casa, que será descontado em no máximo 25 (vinte e cinco) anos, período em que o imóvel se dará por quitado, tendo cumprido seu valor ou não.

Parágrafo Único - No caso de falecimento do policial titular, o imóvel será dado por quitado para sua família.

Art. 6º - A "Vila do Policial" será subordinado a um Regimento Interno que deverá ser elaborado por uma comissão constituída pelos moradores da "Vila do Policial" até que seja eleito o síndico.

Art. 7º - Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Governo do Estado do Paraná, autorizado a utilizar recursos de rubrica orçamentária de outros programas de moradias para implementar o sistema denominado de "Vila do Policial".

Art. 8º - O Governo do Estado regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 9º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.97

(a) TOTI COLAÇO

**JUSTIFICATIVA:**

A Segurança Pública é dever do Estado e direito do cidadão. Baseado nesta temática constitucional é os elaboramos e apresentamos este projeto suscetível de aprimoramento.

É público e notório o fato de que o policial tanto civil quanto militar recebem ínfimos salários, incompatíveis com a importância de suas funções junto à sociedade, junto à coletividade.

Desta forma, não é de se estranhar que em sua grande maioria o policial tenha que morar na periferia das cidades, por não poder pagar o aluguel de uma boa moradia, condizente com as funções que exerce.

Essas periferias, contudo, é sabido serem centros de violência, onde imperam bandidos e demais pessoas ligadas ao submundo do crime, subjulgando os trabalhadores de pouca renda que ali também tem que residir, sujeitando o policial às regras deste sistema, onde rege a "Lei do Mais Forte", temendo pela segurança de seus familiares e de si próprio.

Assim sendo, tirando-se o policial deste meio pernicioso, levando-o a morar em lugar digno, seguro, junto a outros policiais, poderá ele combater a criminalidade sem receios, sem medo de prender um delinquente de manhã e à noite deparar com o mesmo marginal na porta de sua casa querendo vingança.

Só assim, dando condições dignas aos policiais com uma moradia decente, estes poderão prestar seus serviços de modo satisfatório e desejado tanto pela sua corporação quanto pela sociedade a quem lhe recai proteger.

Foram contemplados também, neste plano de lei, policiais inativos, que não possuam imóvel em seu nome, pois, deram grande parte de suas vidas à corporação e nem assim conseguiram ter uma moradia para si e para os seus.

Desta forma, pedimos o apoio dos nobres pares para que este projeto venha socorrer uma classe que é o pilar da segurança pública mas que sequer tem onde morar condignamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Senhor Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado João

Techy Filho, no Pequeno Expediente.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em conversa que tive com o Diretor do Hospital de Clínicas - Dr. Mário Sérgio, em que os Deputados lembram que esteve, aqui, expondo a situação do Hospital de Clínicas e até não se comentou nada mais a respeito e teve-se a impressão de que está tudo bem até o presente momento. Mas conversando com o Diretor ele explanou a situação difícil que já vinha sofrendo aquele hospital e que agora, no momento, está se comentando em fechar alas e setores daquele hospital, principalmente o pronto atendimento onde atendem toda a população que o procura e de todo o Estado.

Dos 1 milhão de atendimento anuais, 99% representa o SUS, pacientes do SUS. O Ministério da Educação comenta que não teria toda essa responsabilidade de pagar o hospital, uma vez que o SUS é que vem sendo atendido e mesmo que a remuneração pelo SUS não seja suficiente, a obrigação do Ministério de Educação seria, apenas, com a formação profissional dos alunos daquele hospital. E não há necessidade de toda essa quantidade de pacientes que o hospital vem atendendo. Joga, também, a responsabilidade para a Cidade de Curitiba que tem 25% dos seus pacientes atendidos naquele hospital e o restante, 75%, o restante do Estado e do total - 10%, apenas, de outros Estados. Pleiteia-se que se faça, agora, uma reunião onde participará através do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, o SUS, a Universidade e o próprio Governador que deve participar e tomar conhecimento do problema existente, hoje, naquele hospital.

O MEC paga, apenas, 50% da Folha de Pagamento, quando, em outros Estados, paga 100%. Então também se pleiteia esses 100% e o MEC alega, para o Paraná, que se paga só os 50% porque esses funcionários também dariam atendimento aos pacientes do SUS. E antes que ocorra esse problema de fechamento de alas do Hospital, por segurança mesmo desses pacientes, porque não existe hoje nem medicamento, nem equipamento, nem materiais para dar bom atendimento, então eles são obrigados por segurança desses pacientes a fechar ala, principalmente a ala mais importante que é de pronto atendimento.

Eu gostaria, Srs. Deputados, até que fosse levado a sério, quero dar mais esse alerta, deu a impressão que o hospital sanou seus problemas, mas na verdade acumulou as dívidas cada vez maiores e hoje só se pensa nesse problema, de que para segurança dos pacientes terá de fechar parte do Hospital. É isso Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário do Pequeno e Grande Expediente passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra o PTB, PPB, PMDB, Deputado Toti Colaço, com anuência do ilustre Líder Orlando Passuti.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da palavra nesse instante, para, inicialmente dar encaminhamento à Mesa de um Requerimento, que espero seja aprovado pelos demais Parlamentares de nossa Casa.

Este Requerimento diz o seguinte:

"O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais requer à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando sejam prestadas informações a esta Casa sobre os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

1º) Qual o montante recebido pelo Banco do

recursos que vieram do Governo Federal para serem aplicados no PRONAF para investimento e custeio.

2º) Quantos contratos foram liberados e efetuados nas duas modalidades, em 96 e 97 e seus respectivos valores. O PRONAF é um Programa de financiamento voltado exclusivamente à agricultura denominada "Familiar". Por este programa o agricultor paga 50% da TJLP mais 6% de taxas de juros com prazo de até 8 anos para o resgate da dívida."

Informações obtidas pela imprensa dão conta de que no Estado do Paraná apenas cerca de 20 pedidos de empréstimos do PRONAF foram aprovados pelo Banco do Estado. Espero que os Srs. Deputados possam aprovar esse Requerimento que vou dar entrada em seguida.

E segundo assunto que me traz aqui Sr. Presidente é para dar entrada num Projeto de Lei que tem como súmula o seguinte: Autoriza o Poder Executivo a criar e instituir o Programa "Vila do Policial" no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

"A Felicidade começa em casa".

Em dezembro de 91 com o apoio dos Srs. Parlamentares tive aprovado um Projeto de Lei que se tornou Lei nº 9.888, que autoriza o Governo Estadual a financiar casas populares pelo "Sistema Auto Construção".

Em maio de 1996, também contando com o apoio dos nobres pares, tive um Projeto de Lei aprovado, que tomou-se Lei nº 11.368, que autoriza o Executivo Estadual a construir e financiar casas pelo sistema que denominamos de "Casa do Produtor Rural".

Hoje, Srs. Parlamentares, estou dando entrada num Projeto de Lei, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar e instituir o Programa que estamos denominando de "Vila do Policial", dentro do Estado do Paraná.

Este Programa se destina a construção de casa para alojar os policiais civis e militares, preferencialmente com famílias constituídas, nos municípios que possuam Delegacias ou Corporações Militares, na quantidade suficiente para abrigar todos os que estiverem dentro das especificações desta Lei.

O Governo do Estado compraria o terreno para a implantação da "Vila do Policial" e a COHAPAR (Companhia Habitacional do Paraná) faria as casas.

As moradias que comporão a "Vila do Policial" serão de uso exclusivo do policial que, no caso de exoneração, demissão ou transferência só poderá vender a casa para outro policial, e em caso de aposentadoria e/morte a casa fica de posse dos familiares.

Será descontado no valor de 10%, dos vencimentos ou soldos do policial para pagamento das prestações, e o imóvel estará quitado em no máximo 25 anos de desconto.

A Segurança Pública é dever do Estado e direito do cidadão. Baseado nesta temática constitucional é que elaboramos e apresentamos este Projeto de Lei suscetível de aprimoramento por parte dos nobres pares.

É público e notório o fato de que o policial tanto civil quanto militar recebem ínfimos salários, incompatível com a importância de suas funções junto à sociedade, junto à coletividade.

Desta forma, não é de se estranhar que em sua grande maioria o policial tenha que morar em precárias condições, por não poder pagar o aluguel de uma boa moradia, condizente com as funções que exerce.

Assim sendo, dando condições de o policial morar num lugar digno, seguro, junto a outros policiais, poderá ele combater a criminalidade sem receios, sem medo de prender um delinquente de manhã e à noite deparar com o mesmo marginal na porta de sua casa querendo vingança.

Só assim, dando condições dignas aos nossos policiais, com uma moradia decente, estes poderão prestar

seus serviços de modo satisfatório e desejado tanto pela sua corporação quanto pela sociedade a quem lhe recai proteger.

Muito obrigado.

Espero que tanto a Comissão de Justiça, bem como os Srs. Deputados possam no tempo oportuno apreciar este Projeto de Lei e colocar aqui, inclusive, sugestões e Emendas para que o mesmo possa receber a aprovação no final, nas próximas semanas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com satisfação que a Mesa Executiva anuncia em nosso meio a presença do ilustre Vereador de São João do Triunfo, Vereador Nelson Dias da Silva, bem como de José Acir Moreira dos Santos, Diretor Sindical dos Trabalhadores Rurais. Anuncio esse feito e associado pela Mesa Executiva na pessoa do ilustre Deputado Péricles Mello, bem como em nome do ilustre Deputado Nelson Garcia, anunciamos a presença dos Senhores Vereadores de Mariluz, Bugrão e Dito Scar, que nos honram na convivência nesta Casa de Leis do Paraná.

Horário das Lideranças - Com a palavra o PFL, PDT, PSDB, PTB.  
(Todas declinam)

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa democrática que é consulta o ilustre Deputado Valdir Rossoni, que se dirigia. Concedido.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - A Liderança do PT cede o espaço ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu nem desejaria usar a palavra nesta tarde, mas pelo telefone celular, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e quero agradecer aqui ao Deputado Emerson Nerone, que em nome da Bancada do PT me cede este horário.

Mas, quero fazer um comunicado a esta Casa, porque na manhã de hoje o vice-Presidente do Banco Del Paraná, banco que é propriedade do nosso Estado e do governo paraguaio, o vice-Presidente César Rodrigues, Deputado Valdir Rossoni, denunciou hoje, na Cidade de Assuncion, Capital do nosso vizinho Estado, que o Presidente do Banco Del Paraná, Sr. Alfio Rezende, que foi nomeado pelo Governador Jaime Lerner é o responsável pela lavagem do dinheiro que foi desviado pelas corretoras.

Quem faz as denúncias é César Rodrigues. Quem lavou o dinheiro que foi roubado do povo de Santa Catarina, do povo de São Paulo, de Pernambuco, de Alagoas, o dinheiro dos precatórios que foi roubado, foi via Banco Del Paraná, que foi nomeado pelo Governador Jaime Lerner, e o cidadão chama-se Alfio (ou Anízio) Rezende. Quem fez a denúncia foi o vice-Presidente do Banco Del Paraná, um cidadão paraguaio, se chama César Rodrigues.

Quero crer o seguinte: que cabe imediatamente ao Governador Jaime Lerner tomar providências no sentido de chamar este presidente do Banco Del Paraná, e Cobrar explicações imediatas, e se for o caso, hoje mesmo, demitir ele e a diretoria, se estiver envolvida, porque o fato é extremamente grave.

Concedo um aparte ao Deputado Caio Quintana.

O Sr. Caio Quintana (Aparte) - Me valho, Deputado

Romanelli, do pronunciamento oportuno, que V.Exa. faz, e de matérias publicadas nos jornais de hoje, de que o Governador do Estado tenha determinado uma auditoria pelo Banco do Estado do Paraná, no Banco Del Paraná, para sugerir agora e argumentar inclusive um requerimento, que estamos reivindicando a esta Casa: eu, V.Exa., e os demais companheiros do PMDB, para que o Tribunal de Contas participe desta auditoria, junto com os técnicos do Banco do Estado do Paraná, no Banco Del Paraná, pela lisura, clareza, e transparência, realmente do que lá possa estar acontecendo. É muito pertinente o que V.Exa. está colocando neste momento.

O Sr. Júlio Ando - V.Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Romanelli, obrigado pelo Aparte. Só queria aproveitar a colocação de V.Exa. no sentido de esclarecer a V.Exa. e também ao Plenário, que o nosso Governador Jaime Lerner já tomou as devidas providências para a verificação dos fatos, da realidade, do que está acontecendo realmente com o Banco Del Paraná.

Simplesmente elogio logicamente V.Exa. em trazer este problema, mas levo ao conhecimento do Plenário, que já estão sendo tomadas as medidas necessárias pelo Governador Jaime Lerner.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria concluir, dizendo ainda, pois não Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Eu não sei, V.Exa. está no horário?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - No horário que foi cedido pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Valdir Rossoni - Só para acrescentar, ilustre Deputado Romanelli, é de que o Governador já tomou as atitudes, e pediu uma auditoria para realmente verificar essa situação. E pode ter certeza de uma questão: se realmente esse cidadão for comprovado que está envolvido na lavagem desses dólares, está demitido. Está demitido.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - A nossa expectativa Deputado Rossoni, é exatamente essa. Quem fez a denúncia foi o vice-Presidente do banco. E espero que o governador faça isso mesmo. Até porque há outros bancos paranaenses que estão envolvidos na lavagem desse dinheiro, e há uma corretora de nome Boa Safra, que segundo me consta, é que fez a corretagem da lavagem ou do lançamento de debêntures por parte da BANESTADO Leasing. E as informações iniciais é que seriam 100 milhões de debêntures e agora dizem que pode chegar a 300 milhões.

Temos também que ter esclarecida esta questão do lançamento de debêntures, por parte da BANESTADO Leasing, porque são fatos muito graves.

E quero aqui ressaltar o que disse o Deputado Caio Quintana, que é que o Tribunal de Contas do Paraná, que é um órgão auxiliar desta Casa tem que ser convocado porque é um órgão autônomo, com capacidade administrativa para investigar o que está acontecendo no Banco Del Paraná. Sem o Tribunal de Contas do Paraná fica muito difícil ter confiabilidade em auditorias que sejam realizadas por entidades privadas, é fundamental a convocação do nosso Tribunal de Contas. É por isso que vamos notificar o Tribunal para que ele possa agir imediatamente sob o risco de que o Paraná possa estar envolvido e o nome do nosso Estado possa estar envolvido



com gente inescrupulosa.

Está aqui a denúncia que foi feita pelo vice-Presidente do Banco, que o Presidente é o responsável pela lavagem de dinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e à Bancada do PT por ter cedido o seu horário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passar a palavra a Liderança do Governo passamos a palavra ao PL, Deputado Renato Adur.

Anuncio em nosso meio a presença do nosso companheiro, suplente de Deputado Estadual, Braguini.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Hoje quero fazer um registro de mais uma descoberta no Estado do Paraná. Não é denúncia, pode ficar tranqüilo o nosso líder do Governo.

O Estado do Paraná tem o privilégio de estar se incorporando no cenário nacional, a partir deste ano, com mais um poço de gás natural. A Gazeta do Povo, no final do ano passado, noticiou o trabalho de perfuração de poços de petróleo, no poço denominado BB-1, ou seja Barra Bonita 1, localizado no Distrito de Barra Bonita, no Município de Pitanga.

A Tribuna do Paraná hoje noticia também mais alguma descoberta nesta região. Durante todo este tempo procurei não noticiar este fato, nesta Casa, justamente a pedido da direção e da superintendência da Petrobrás, das pessoas que estão desenvolvendo o Trabalho naquela localidade. Já por três vezes tivemos a oportunidade de visitar aquela região e realmente as perspectivas de existência de gás natural já é concreta. Já temos hoje uma capacidade de exploração de 87.000 m<sup>3</sup> dia no Município de Pitanga. E com a perfuração de novos poços na região há a possibilidade de uma vazão e de uma produção muito maior.

Hoje este poço, BB-1, atingiu uma profundidade de 3.442 metros e encontraram gás natural de ótima qualidade. Segundo os técnicos da Petrobrás, que estão fazendo um trabalho extraordinário na região, eles acreditam na descoberta de outro subproduto do Petróleo também naquela região.

Mas queremos apenas registrar o fato, não queremos alardar esta questão, porque o trabalho que a Petrobrás vem fazendo é um trabalho por demais sério e não queremos criar aqui nenhuma falsa expectativa. Apenas que temos acompanhado no dia-a-dia o desenvolvimento do trabalho desse grupo. Nos preocupou esta semana e daí a razão que estamos ocupando essa Tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que a Petrobrás encerrando os escritórios na Capital do Estado do Paraná, transferindo esta ação para o Rio de Janeiro.

Falei há pouco com o superintendente da Petrobrás de São Mateus do Sul, Dr. Novick, e ele me confirmava esse fato, da transferência dos escritórios daqui para o Rio de Janeiro. O Deputado Pessuti também nos colocava essa informação que tem também de fonte segura. Nós só queremos deixar registrado que para o Paraná a exploração desses poços é de fundamental importância. O centro do Paraná tem, segundo as informações extra-oficiais dos técnicos que nos repassaram, lá na localidade tem um grande potencial de exploração do gás natural com toda a certeza, e do Petróleo com muita possibilidade. Segundo eles, deverá atingir uma profundidade bem maior ainda, mas há grande possibilidade de exploração deste mineral naquela região do centro do Paraná, o que seria, na realidade, um grande avanço para a região, a última fronteira agrícola do nosso Estado, uma das regiões menos desenvolvidas do Estado do Paraná.

Concedo um Aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Renato

Adur quero cumprimentá-lo pela manifestação na Tribuna na tarde de hoje, porque traz à discussão um assunto do maior interesse para o Estado do Paraná, em especial para a região do centro do nosso Estado, mais especificamente o Município de Pitanga. E V.Exa. comentava a respeito de uma conversa que tínhamos ainda há pouco, há questão de uns 15 dias atrás, uma semana atrás, não me recordo agora, encontrei com um amigo meu de tempo de Casa do Estudante, que atua na Petrobrás e que nos alertava a respeito da transferência desse escritório, do pessoal que atua nesta área hoje aqui no Paraná - se não me falha a memória para o Rio de Janeiro. E ele trazia a nós essa preocupação porque entendia que a transferência de todo esse pessoal que vinha trabalhando no levantamento de dados, pesquisas e projetos na exploração de gás no centro do Paraná, ao serem transferidos para o Rio de Janeiro, ao serem deslocados do Paraná, enfim, poderiam fazer com que esse projeto também viesse a ficar paralisado.

Naquela ocasião ajustamos de ter uma conversa futura, ajustamos de levar ao conhecimento de V.Exa. esse assunto, já que se trata do Município de Pitanga. Mas nós do centro do Paraná e do Vale do Ivaí, há muito estamos esperando pela exploração do gás ou até mesmo do Petróleo. Nós todos nos lembramos quando no Governo do Estado de São Paulo, Paulo Salim Maluf, através da

Pauli & Petro, centenas de veículos percorreram quase que metro a metro aquele nosso centro do Paraná, fazendo perfurações, e hoje posso dizer a V.Exa. que também no Município de Cândido de Abreu existem poços lacrados, não só desta época da Pauli & Petro do Paulo Salim Maluf, mas de 1962 e 1963, quando a própria Petrobrás por lá andou e que tinha à frente dos seus trabalhos um velho amigo nosso que é o engenheiro José Garzo Sobrinho, hoje residente aqui em Curitiba.

Então aquela nossa região promete muito em termos de exploração, principalmente do gás, e é necessário que façamos aqui da Assembléia este apelo e façamos esse esforço para que o centro do Paraná possa vir a ter na produção de gás uma fonte econômica, uma fonte de renda para aquela região que certamente virá em benefício de todo o povo do centro do Paraná.

O SR. RENATO ADUR - Exatamente. Agradeço o Aparte

de V.Exa. e para concluir, Senhor Presidente, temos em mãos inclusive o documento com um mapa do Estado do Paraná e a localização da área que está sendo feita essa exploração. Gostaria inclusive de contar com o apoio dos senhores parlamentares para um documento que estaremos elaborando na tarde de hoje para ser encaminhado a Petrobrás, hipotecando a nossa solidariedade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao trabalho desenvolvido pela Petrobrás no Centro do Estado, bem como, levando a eles a nossa preocupação de uma possível paralisação de algum tipo de atuação naquela área.

Entendemos que para o desenvolvimento da região, é de fundamental importância a continuidade desse trabalho no centro do Paraná com mais uma riqueza mineral trazendo a geração de divisas para o nosso Estado e a nossa região.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Líder do Governo Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputa-

dos, gostaria de pedir ao Presidente desta Casa, Luiz Carlos Zuk, para que providenciasse para esta Tribuna o retorno do som aqui, porque quando a pessoa vem aqui para fazer um pronunciamento se ela não tem o retorno, como eu não estou tendo nesse momento, fica difícil, porque de repente você começa a erguer a voz e até dificulta o seu pronunciamento. Acredito que para o bom funcionamento desta Casa e nós aqui que apoiamos o governo, e que usamos por demais dessa tribuna, precisamos ter o retorno aqui, para que possamos fazer um pronunciamento tranquilo e trazer aqui os posicionamentos nossos, do governo e os esclarecimentos.

Queria e é natural que o meu pronunciamento será um pouco longo e também vou aproveitar no momento do encaminhamento para discutirmos a questão dos requerimentos que estão nessa Mesa. Gostaria de responder ao Deputado Romanelli de que vem fazer a denúncia sobre a questão do Banco Del Paraná, de que as informações extra-oficiais que estamos recebendo nesse momento, é de que o vice-Presidente do Banco Del Paraná está desmentindo essa denúncia. Mas quero também tranquilizar ao Paraná e a todos os Parlamentares, de que o Governador Jaime Lerner, sabendo disso, pediu uma minuciosa auditoria no Banco Del Paraná, para que tenhamos a verdade. E diga-se de passagem, senhores parlamentares esta sigla não é estranha a nós parlamentares. Por muitas vezes o Banco Del Paraná foi questão de polêmica, inclusive em governos anteriores. Talvez seja este momento, com esta auditoria que possamos tomar atitudes que venha a sanar esta questão de uma vez por toda.

Mas tenho certeza absoluta que se o Presidente do Banco Del Paraná estiver envolvido nessa questão das precatórias, vocês não tenham dúvida nenhuma, vai ser demitido, porque nós não compartilhamos com esse tipo de ação.

Gostaria que os ilustres parlamentares, se ativessem um pouco aos esclarecimentos que vou fazer aqui, nesse momento em que se tornou público o escândalo dos precatórios.

Quero dizer aos parlamentares desta Casa, o Governo do Paraná, ou melhor dizendo, o Governo Jaime Lerner em nenhum momento o Governo Jaime Lerner emitiu títulos para a questão dos precatórios. Isso é importante que se diga nesse momento, porque se tivesse emitido poderia gerar dúvidas, porque isto está virando um escândalo nacional. Mas, o Governo Jaime Lerner não usou disso nos seus dois anos de governo. Para ficar claro, aqui, e até para diferenciar o nosso governo do Governo de Santa Catarina e dos outros governos que estão envolvidos nesta questão grave e que, realmente o Senado está tendo uma atitude merecedora do nosso reconhecimento, porque precisamos colocar os corruptos, as pessoas que denigrem o homem público no seu devido lugar que é a cadeia.

Gostaria de esclarecer algumas questões para que depois ficasse como justificativa da nossa recusa da aprovação dos requerimentos de convocação pedidos pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli e pelo Deputado Caio Quintana.

O Sr. Caio Quintana - Permite um aparte, Deputado Valdir Rossoni?  
(Assentimento).

O meu pedido é um Pedido de Informações e não é um pedido de convocação. É apenas um Pedido de Informações e não precisa o Secretário vir aqui. Pode apenas informar a Assembléia. Vamos distinguir o que é pedido de convocação e o que é pedido de informação.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Deputado Caio Quintana

pela convivência que temos juntos e pelo reconhecimento que tenho por V.Exa. acredito que não é motivo do Senhor ficar agitado sobre esta questão. Mas, quero dizer a V.Exa. de que, tenho aqui em mãos um Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli convocando o Secretário para esclarecimentos. E, quando me referi, me referia as duas questões e não somente de V.Exa... Isto apenas para ficar claro.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ontem quando ouvia o pronunciamento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, ele por muitas vezes falou aqui em carta marcada; e por muitas vezes falou que tinha recebido um volume enorme de documentos.

Quero dizer aos Senhores que poderia iniciar o meu pronunciamento hoje também dizendo que tenho aqui um volume enorme de documentos, mas um volume enorme de documentos consistentes, esclarecendo tudo o que o Deputado Luiz Claudio Romanelli falou colocando dúvidas e não afirmando. Colocando dúvidas em cima de questões e de ações do nosso governo. E, não seria o Deputado Luiz Claudio Romanelli a pessoa indicada para fazer, talvez, tais questionamentos, porque o que faz o cidadão pensar dos seus adversários ou dos seus oponentes de que a ação deles está errada é a maneira como foi agido no passado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - V.Exa. me respeite.

Fiz uma denúncia grave na Tribuna. V.Exa. diga se tem documentos para explicar. Não venha me ofender.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, gostaria

que V.Exa. me assegurasse a palavra, como foi assegurada a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli. E, passo aqui, antes de fazer os esclarecimentos que farei no encaminhamento da questão do requerimento; faço aqui o uso de um documento que temos de, como agiu o Governo do Deputado Luiz Claudio Romanelli nas questões das ações da COPEL.

Quando este governo, resolveu. Este governo que eu digo é o Governo Jaime Lerner. Resolveu vender as ações da COPEL, respeitando esta Casa. Foi mandado aqui um projeto para ser analisado por esta Casa, e que foi amplamente debatido. E que foi amplamente acrescentado itens e sugestões de Nobres Parlamentares, que acrescentaram muito aquele projeto, para que se aperfeiçoasse, para que se assegurasse a lisura do processo da venda das ações da COPEL.

Dá para minha estranheza hoje, também chega em minhas mãos o procedimento do Governo Requião na questão da venda das ações da COPEL. Isso aqui não é um calhamaço de papel. São documentos verídicos, que provo a qualquer momento se for necessário. O Governador Requião então, desrespeitando a Assembléia Legislativa, não pediu autorização para caucionar as ações da COPEL, para a aquisição dos trilhos da FERROESTE.

Fez isso aqui Senhores, está sendo feito por Decreto. Veja a diferença da ação de um governo, que respeito aqui é democrático. De um governo que age desta forma. Está aqui.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me a palavra Deputado...

O SR. VALDIR ROSSONI - Gostaria que V.Exa. me permitisse concluir meu raciocínio.

O Governo Requião através de Decreto caucionou essas ações, para a compra dos trilhos da FERROESTE. Sem a autorização da Assembléia. E diga-se de passagem, aí veio o Governo Jaime Lerner e se deparou com esse problema das ações da COPEL. E que o Governo Jaime Lerner fez resgatou as ações da COPEL, para



que o Governo do Paraná não tivesse prejuízo.

Ora Senhores, quem pode fazer a denúncia, é quem vê essas atitudes e essas ações feitas fora da lei. Fora do respeito ao Poder Legislativo. Não vir aqui, denunciar em cima do vazio e sem consistência. Trazer aqui denúncias e dizer que tem um calhamaço de papel, e que calhamaço de papel achamos em qualquer gaveta, porque não tem nenhuma consistência. Poderia aqui me reportar, quando alguns depositores desta Casa Senhores Parlamentares, se reportam a venda das ações da COPEL, com o que estamos fazendo, para fazer investimentos neste Estado. Eles não aceitam.

Ora, porque não aceitam se no passado venderam ações da TELEPAR. Da mesma forma que estamos fazendo hoje, só que estamos fazendo de uma forma inteligente. Hoje estamos valorizando as ações da COPEL. Digo aqui aos senhores: Vendemos no passado as ações da TELEPAR. Vendemos as ações da TELEPAR no passado por 30 centavos. Se tivéssemos adotado o mesmo mecanismo. Adotado pelo Governo do Paraná de hoje, criando as "debêntures", nós poderíamos vender pelo preço que está hoje, que são 67 centavos. Poderíamos ter valorizado as ações da TELEPAR em 100%. Por legitimidade tem alguém que vem fazer esta denúncia, se o seu governo fugiu desta forma. Se o seu governo não teve competência, de agir e criar mecanismo para salvar o Patrimônio do povo paranaense. Olha companheiros...

O Sr. Caio Quintana - O Senhor sabe o que é "debêntures" Deputado?

O Sr. Presidente Orlando Pessuti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI - Quero dizer que não vou entrar em mesquinhas.

O Sr. Orlando Pessuti - V.Exa. fala em emissão de debêntures na TELEPAR. Como vamos fazer isso se é uma empresa federal! Como vamos fazer isso? A empresa não é estadual, não é do Estado do Paraná.

Queria fazer um aparte a V.Exa. para esclarecer um pouco.

O SR. VALDIR ROSSONI - Não vou lhe dar aparte porque tenho dez minutos e a minha questão é extensa e tenho que esclarecer a todos e gostaria que o Presidente me assegurasse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está assegurada ao Líder do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI - Não concedo aparte.

O Sr. Orlando Pessuti - Não quer conceder, paciência. Ouviremos V.Exa. com atenção.

O SR. VALDIR ROSSONI - Quando falo em debêntures eu falo de que o mecanismo de debênture criado pelo nosso governo salvaguardou o patrimônio do Estado do Paraná e deu oportunidade para que as ações da COPEL chegassem no preço que está chegando hoje. Não queiram misturar as coisas e nenhum parlamentar aqui tem o direito, apesar de reconhecer minhas limitações, de querer vir aqui ser professor de Deus.

O Sr. Orlando Pessuti - Mas ninguém pode ir para a Tribuna contando coisa que não é verdade também.

O SR. VALDIR ROSSONI - Então o Senhor dê os primeiros ensinamentos ao seu liderado, Deputado Ro-

manelli.

Senhor Presidente eu não tenho condições de fazer um pronunciamento da relevância como este, sendo interrompido a cada minuto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - V.Exa. tem mais um minuto, devido aos apartes não concedidos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, quando venho a esta Tribuna, trato com respeito e consideração desde o Deputado Rossoni até qualquer outro Senhor Deputado nesta Casa e sempre me referi, com respeito, ao Governador Jaime Lerner.

O SR. VALDIR ROSSONI - Da mesma forma, trato com respeito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Não posso admitir que o Deputado Valdir Rossoni vá à Tribuna, dizendo impropérios, sem que eu possa responder. A Tribuna, é para o autor fazer a sua ação, dizer o que é, explicar a Deus ou ao diabo.

O SR. VALDIR ROSSONI - Gostaria de dizer aos parlamentares desta Casa que quando tratamos da questão das ações da COPEL, para ficar esclarecidas algumas questões quanto à questão das ações da COPEL, alguns deputados pediram ontem quais os valores negociados na questão das ações da COPEL.

Passo a esclarecer aqui e acredito que interessa ao Deputado Caio Quintana. O governo do Paraná vendeu, através da BANESTADO Corretora, 93 milhões de ações da COPEL e a comissão que representa esta Casa foi convidada a participar do leilão e os senhores são testemunhas porque eu também faço parte desta comissão.

A questão do lastreamento das ações da COPEL em debêntures que foi feito com o BNDES, digo o valor: 393 milhões de reais. São dois valores que os Deputados tinham dúvida e que estou trazendo esse esclarecimento importante para todos os Deputados. Foi levantado também que a comissão de Deputados é para fiscalizar a venda das ações da COPEL, as preferenciais nominativas. As ordinárias foram levadas ao BNDS. Esta não diz na Lei que é necessário o acompanhamento desta Comissão. Por isso que até este momento, no momento em que forem concedidas mais ações da COPEL, naturalmente, reafirmo aqui: terá o mesmo procedimento no convite aos Deputados que fazem parte desta Comissão.

O Sr. Caio Quintana - Um esclarecimento: V.Exa. tem em mãos a lei para a afirmação de V.Exa?

O SR. VALDIR ROSSONI - Queria dizer a V.Exa. que fiz a leitura e minha assessoria também fez a leitura, hoje, para que pudéssemos levar a conhecimento de vocês. Passo também a esclarecer aos Deputados, qual é o procedimento feito pelo Governo do Paraná ao qual diferencia o procedimento do nosso governo com os Governos de Santa Catarina.

O Sr. Caio Quintana - V.Exa. afirma, então, que na lei não precisa...

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, encerro aqui o meu pronunciamento porque não está me sendo

assegurada a palavra e eu não posso, de forma nenhuma, estar, aqui, respondendo perguntas num momento que não quero!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A sessão está suspensa por 2 minutos.  
Está suspensa a sessão.  
Está reaberta a sessão.

Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após acalmado os ânimos, quero dizer que fiz uma reflexão hoje ao ler o jornal "Indústria e Comércio", Dr. Rosinha, na página de vários articulistas e fiquei fazendo uma reflexão sobre o que está acontecendo neste país.

No escândalo do Orçamento, dos "anões", não sei se os Senhores lembram, no escândalo dos "anões" do Orçamento em Brasília, não vi até agora ninguém numa penitenciária.

A Dona Jorgina que deu um golpe no INSS - por isso que agora até concordo com o Deputado Pércies, que realmente as nossas penitenciárias estão abarrotadas de pobres. São os verdadeiros encarcerados, porque os milionários que roubam este país não vão para as penitenciárias. Houve um escândalo no Rio de Janeiro dos banqueiros do jogo do bicho, sobre drogas, estavam envolvidos alguns Deputados etc., todos os banqueiros já estão nas ruas, foram embora. Ninguém ficou numa penitenciária. Houve um escândalo dos cheques frios do PC Farias e aqui no Paraná teve muita gente envolvida com esses cheques, até agora nada foi resolvido.

Teve o escândalo do Ferreirinha, também até agora não ficou nada provado e não ficou nada resolvido no Estado do Paraná.

Tivemos o escândalo do Presidente Collor, da sonegação de impostos, não encontraram ele aqui, e agora ele está respondendo a revelia, Deputado Pessuti, e a Rede Globo, a Rede Bandeirantes, o SBT do Dr. Paulo Pimentel, a Rede Record, a TV Cultura mostrou, a própria CNT mostrou uma mansão aonde o ex-Presidente vai morar nos Estados Unidos, em Miami. Tudo bem!

E agora explode o escândalo dos precatórios. Confesso que nem sabia o que é isso. Pensei que era uma marca de sorte, passoquinha, pipoca, enlatado e tal, depois comecei a me atualizar e agora descobri o que é, os precatórios, debêntures etc.

E um articulista, Professor Carlos Alberto, não sei o nome do articulista hoje, do Jornal Indústria e Comércio, ele faz um apelo que realmente esse escândalo dos precatórios, que não atingiu o Paraná, graças a Deus, mas atingiu Santa Catarina, Alagoas, São Paulo. Então estão pedindo a cassação do Prefeito de São Paulo, estão pedindo a cassação do Governador de Santa Catarina, estão pedindo a cassação do Governador de Pernambuco, estão pedindo a cassação do Governador de Alagoas. E o articulista do Jornal "Indústria e Comércio" pede que alguma coisa seja feita. Porque não entendo. Aqui se faz uma Sessão Extraordinária e diz que o Senhor Deputado ganha 400 reais. Lá, explode escândalos e mais escândalos neste país, mas uma "trabalheira". Escândalos e mais escândalos. Agora o Deputado Romanelli vai à Tribuna e me diz que o vice-Presidente do Banco Del Paraná, porque este Banco Del Paraná não tem história de hoje. Teve história no Governo Roberto Requião, teve história no Governo Mário Pereira, teve história no Governo Alvaro Dias, teve história no passado inteiro.

Então, a sua denúncia é de arrepiar cabelo de morto no Instituto Médico Legal, "É de arrepiar".

Grças a Deus o Deputado Valdir Rossoni disse na

Tribuna que se houver qualquer coisa que envolva esse Presidente do Banco Del Paraná, o Senhor Governador vai mandar ele procurar o caminhão de onde ele caiu.

Agora só pergunto aos Senhores. Escândalos e mais escândalos nesse país. E lamentavelmente não existe ninguém, Deputado Neivo, na penitenciária. A Campanha da Fraternidade concorda agora com o Deputado Pércies. Temos as penitenciárias, os encarcerados, encarcerados que você vê a maioria brancos, negros, que cometeram pequenos delitos e os verdadeiros ladrões que roubaram, roubam esse país, metem a mão no dinheiro da família brasileira, roubam o dinheiro da carteira escolar, roubam o dinheiro do Kit escola, roubam o dinheiro do medicamento, roubam o dinheiro de uma criança que não tem óculos para enxergar o quadro negro numa sala de aula, roubam descaradamente o uniforme de milhares de crianças brasileiras, roubam Senhor Presidente, casas, porque a maioria do povo brasileiro não tem uma casa para morar, enfim, e os verdadeiros ladrões não estão nas penitenciárias, estão sim, aqueles que assaltaram o Banco Del Paraná, enfim, tanta, tanta sujeira, ninguém, Senhor Presidente, está na penitenciária, estão sim nas mais lindas praias do Paraná e estão sim nas mais lindas praias do Brasil me perdoem, e estão em Miami.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Palavra ao ilustre Deputado Florisvaldo Fier, que tinha se inscrito antes do ilustre Deputado Neivo Beraldin.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, me inscrevi para solicitar a cópia da lei, que já está em mãos, peço inclusive, para que o Deputado Ângelo Vanhoni, dê o esclarecimento, que é o que eu ia dar, solicitando a cópia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Palavra concedida ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, pedi a atenção do Líder, Deputado Valdir Rossoni, para que possamos esclarecer, acho que com um bom nível de discussão a gente consegue esclarecer as questões que são colocadas em relação a Empresa COPEL e as notícias que passaram aí da imprensa a respeito das debêntures.

Fizemos um Pedido de Informações, que deverá ser votado hoje, no que diz respeito o seguinte:

"A Empresa Paranaense, através do Governo do Estado, emitiu debêntures, emitiu debêntures que foram caucionadas pelas ações da COPEL, junto a uma empresa do Governo Federal chamado BNDS-PAR, toda vez o Governo do Estado, depois de fixado o valor, e prazo expirado, o Governo do Estado não foi lá resgatar este título de debêntures, as ações que estão caucionadas são colocadas no mercado através do BNDS-PAR.

Quero dizer ao Senhor que desses 393, porque a lei - a lei é clara nesse sentido - os Deputados da Comissão deveriam fiscalizar e ter o acompanhamento da emissão dessas debêntures, porque depois que as debêntures não foram resgatadas pelo governo, as ações foram vendidas e a Lei é clara, afirmando que os Deputados que tem que acompanhar a venda das ações da COPEL.

Então a Assembléia Legislativa se resguardou o direito e a prerrogativa de acompanhar o processo da liquidação, seja através de debêntures ou de outra forma do processo do controle acionário da Empresa Paranaense. Foi essa a discussão que nós fizemos no passado. Agora, têm duas informações contraditórias, o Secretário da Casa Civil, Gionedis, disse na imprensa, ontem, que os Deputados, e estava tudo tranquilo em relação as debên-

tures porque os Deputados estavam acompanhando tudo, da Comissão eleita na Assembléia Legislativa, designada pelo Presidente, a qual eu faço parte e o Deputado Caio Quintana, faz parte, Vossa Excelência mais o Deputado Dullio Genari, e o Deputado que é hoje Secretário, o Senhor Dr. Nelson Justus

Pois bem, o Senhor, hoje, aqui na tribuna disse que os Deputados só têm que averiguar e acompanhar a venda de ações preferenciais e não ordinárias.

A Lei no seu Artigo anterior é muito clara: "A COPEL será efetivada venda ou caução". Porque quando a debênture deixa de ser resgatada a ação é vendida pelo BNDS.

Então, os Deputados têm que acompanhar, e não acompanharam. É verdade, Vossa Excelência, confirma, eu confirmo, o Deputado Caio Quintana confirma, nós acompanhamos uma venda em leilão público, organizado pela Corretora de Valores do Banco do Estado do Paraná, em convênio com a Corretora do Rio de Janeiro e de São Paulo que pôs ações do tipo preferencial "A" no mercado que nunca tinham sido colocadas, num total de 3% dessas ações, que rendeu 93 milhões.

Vou ler o artigo, Sr. Presidente, para que não paire dúvidas a respeito das atribuições da Comissão e do que está sendo discutido.

Art. 1º - A venda ou caução a que se refere este Artigo será efetivamente efetivada parceladamente em diversas operações de montantes adaptados as efetivas necessidades de recursos do Estado, contando com o assessoramento da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) da Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral da Secretaria de Estado da Fazenda.

As operações de venda de que trata este Artigo deverão ser acompanhadas pelo Deputado, cinco Deputados, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

As operações de venda, quando o Governo do Estado pega uma ação dá em garantia, e depois ele não resgata, e essas ações são vendidas, sabe lá a que preço, é o controle acionário da COPEL, do povo paranaense que está sendo desmobilizado. Compete à Assembléia Legislativa fiscalizar. Por isso os nossos Pedidos de Informações, porque nós não temos essas informações.

Nós queremos saber, Deputado, aonde foram aplicados os recursos oriundos desses empréstimos e dessas vendas, e quem fez esta venda. Se houve deságio, se não houve deságio. Quanto foi a Comissão que as corretoras ou as empresas que atuam no mercado tiveram.

Nós queremos nos resguardar para aquilo que está acontecendo em Santa Catarina não aconteça no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, me permita, e na lei, Deputado Valdir Rossoni, não tem nada que afirme sobre ações, tipo preferencial, ou ordinária. Nada. Nada. Nada. Aos Deputados competem acompanhar todas as ações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk Assegurada a palavra ao Sr. Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para solicitar de V.Exa. uma informação mais especificamente, se há mensagem do Poder Executivo, que trate de aumento do funcionalismo público estadual, notadamente no nível técnico. É uma preocupação que tem batido constantemente no nosso gabinete.

Agora, ainda, há poucos instantes, acabo de receber uma comissão, que pergunta sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Na manhã de ontem, nós estivemos no Palácio Iguaçu, juntamente com S. Exa., o Governador, e o Chefe da Casa Civil, e havia pormenores a serem concretizados neste final de Semana, com os projetos das autonomias das universidades, do quadro de carreira dos servidores públicos estaduais, das cinco universidades, das faculdades isoladas, e ainda o aumento aos servidores de nível superior, DER, IAPAR, EMATER, enfim, todos que serão abrangentes.

Acho, que na próxima semana estarão aqui estas mensagens, de acordo com as informações que nós obtivemos.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Muito obrigado pelas informações, que são importantes para o funcionalismo estadual e para os Srs. Deputados também.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente (Assentimento).

Sr. Presidente, nós estamos pedindo Pela Ordem para esclarecer alguns pontos, que gostaríamos de ter feito no pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni. E quando pedimos o aparte não era no sentido de polimizarmos ou criarmos qualquer tipo de confronto nesse Plenário, até porque é sabido de todos que o nosso temperamento é mais conciliador do que alguns companheiros nossos que são bem mais aguerridos no debate do que nós.

Quando o Deputado Valdir Rossoni falou a respeito da venda das ações da TELEPAR, por exemplo, eu quero informar que naquela ocasião, nós nos reunimos por mais de uma vez aqui na Assembléia com Deputados de diversos partidos, inclusive, o Deputado Hermas Brandão, Erondy Silvério, Renato Adur, participaram antes de irmos propor isso ao Governador Requião, que de certa forma não concordava em vender ações, seja da TELEPAR ou da COPEL naquela ocasião, o argumento que usávamos é de que deveríamos utilizar um patrimônio que estava fechado nos cofres da TELEPAR, e transformá-lo nessa maravilhosa obra que é orgulho para todos nós paranaenses e brasileiros, que é a duplicação da Rodovia BR-376, no trecho Curitiba-Garuva.

Foi uma operação transparente, debatida com os Srs. Deputados. Todos os recursos foram utilizados naquela obra - uma destinação específica.

Com referência às ações da COPEL: quando o Governador Requião mandou para a Assembléia a proposta de se vender as ações da COPEL, naquela oportunidade, alguns cuidados foram tomados, pela Assembléia, e já foi amplamente debatido aqui. Que as ações seriam vendidas por no mínimo 90% do seu valor patrimonial, e as outras por 100% do seu valor patrimonial. Então, isso é um ponto. Foi também estabelecida uma cláusula de barreira para garantir o patrimônio da COPEL.

Uma segunda questão: quando se autorizou a venda, está aqui, temos a lei, também destinaram-se uns recursos para obras específicas: "os recursos citados no caput acima serão contabilizados em conta específica gerida pela COPEL, fundo de investimentos energéticos até a sua conversão em ações pelo Estado e futuras subscrições e integralização da COPEL." Quer dizer, capitalizaria a própria COPEL 25% serão aplicados em obras de construção e conservação de estradas, 10% em obras da FERROESTE, portuárias e de construção de casas populares. Certo?

E dizer que tudo isto foi bem explicitado naquela ocasião, e dizer ainda mais que nenhuma ação foi vendida naquela oportunidade, já que o Governador Mário Pereira, o processo estava em andamento pela COPEL,

pela Banestado Corretora, etc. e ao final o Governador Mário Pereira entendeu, estando o seu governo no final, que ele não deveria vender as ações e deixar isso para o próximo governo agir da maneira que achasse mais conveniente.

Então nós não queremos polemizar nada, quero dizer mais uma coisa, V.Exa. afirmou e disse: "Quando o Governo do Estado mandou o projeto de venda de ações para cá, o Governador Jaime Lerner." O Governador não mandou nenhum projeto, até onde nós sabemos porque o projeto que foi aqui aprovado, depois de algumas Emendas, é aquele do Deputado Dullio Genari.

Já esclarecemos a emissão de debêntures em vez de vender ações da TELEPAR, evidente que é uma empresa federal e não temos condições de fazer isso.

Então é só para esclarecer algumas coisas para que não fique de repente parecendo que nós fizemos aqui coisas erradas. Tudo que foi feito foi de forma mais transparente, nada a esconder em momento algum e com a participação dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Em nenhum momento, Sr. Presidente, discuti o mérito da aplicação dos recursos, concordo plenamente com a forma que foram investidos os recursos. O que eu estava querendo mostrar aos ilustres Parlamentares é que o procedimento hoje, condenado no passado, não foi condenado, pelos mesmos que usaram este artifício.

A resposta ao ilustre Deputado Vanhoni. Nós temos aqui a Lei e no Artigo 4º diz o seguinte: "As operações de venda de que trata este Artigo deverão ser acompanhadas por cinco membros do Poder Legislativo designados pelo Sr. Presidente."

O que eu quero dizer aqui é que eu estou baseado no Artigo 4º.

O SR. ANGELO VANHONI - Esta é a Lei 11.253? Então V.Exa. leia, diz assim, Artigo 1º e tem vários incisos e vários parágrafos, o Sr. vai ler no 4º parágrafo que diz o seguinte: "As operações de venda que trata este Artigo." Logo o Artigo é o 1º e o Artigo 1º tem vários itens que fala de venda e caução.

O SR. VALDIR ROSSONI - O entendimento do Deputado não é o meu entendimento, venda é uma questão, caução é outra.

E mais um esclarecimento, todas as ações caucionadas no BNDS ainda não foram vendidas.

O SR. JULIO ANDO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu vejo que realmente a matéria é bastante polêmica, mas gostaria de em rápidas palavras apenas dirigir ao Deputado Vanhoni, quando ele fez algumas colocações, gostaria de esclarecer o seguinte, nós sabemos perfeitamente o que é debêntures Deputado, agora quando V.Exa. alega que foram vendidas as ações caucionadas para garantir as debêntures transferindo o controle acionário não é verdade. Por quê? Porque o controle acionário da COPEL, da TELEPAR, ainda continua do Estado do Paraná. O governo poderia até vender 55, 60% das ações preferenciais, mas as ações preferenciais não têm direito a voto. Portanto, as ordinárias são mantidas sob o poder do Governo do Estado do Paraná.

Era esse esclarecimento que eu gostaria de fazer a V.Exa., para também esclarecer ao douto Plenário. E também Deputado Vanhoni, quando o nosso Líder Rossoni toma posição de derrubar o Pedido de Informação desta Casa, encaminhado por V.Exa., foi no sentido de que nós defendemos que na verdade a informação deveria ser pedida pela Comissão de Deputados constituída

para esse fim, que deve realmente acompanhar, não o Plenário da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Gostaria primeiramente de esclarecer aos Senhores Deputados a lei aprovada por este legislativo de número 11253 é composta de 6 artigos. A assessora do Deputado Valdir Rossoni na Liderança, pode se debnucar pela Lei e como eu entendo uma Lei, cada Artigo, Deputado, pode ter um inciso, pode ter um parágrafo, pode ter uma porção de especificações no corpo deste Artigo. Alí o parágrafo 4º diz o seguinte: "a venda das ações da COPEL de que trata este Artigo, o Artigo 1º todo, deverá ser acompanhada pelos 5 Deputados: "Eu não posso entender que um parágrafo valha mais que um Artigo, pelo contrário, aliás, é ao contrário, o Artigo tem no corpo da Lei uma abrangência muito maior, a não ser que uma técnica de redação legislativa esteja sendo inaugurada pela assessoria do Deputado Valdir Rossoni.

Agora para esclarecer ao meu querido amigo Vereador, que está recém chegando na Assembléia Legislativa, eu gostaria de esclarecer o seguinte - até entendendo porque V.Exa. não conseguiu compreender tudo, porque está recém chegando e não acompanhou a discussão da COPEL no ano passado. Mas vou lhe esclarecer, Deputado Julio Ando: - primeiro lugar, as ações preferenciais que estão sendo colocadas a venda, como V.Exa. não imagina, pelo contrário, elas com a mudança do estatuto da COPEL que foi feita no ano passado, é exatamente para que as ações preferenciais possam, a partir de determinada cláusula não atingida quando forem emitidas as debêntures, possam se transformar em ações ordinárias. Logo, o controle acionário que era de 90% do Estado passa a não ser mais de 90% do Estado, pode ser 70, pode ser 60, pode ser 50, a Lei permite até 40%, eu não estou transgredindo a Lei porque eu fiz essa Lei aqui e votei essa Lei. Então, só para esclarecê-lo, que as ações preferenciais com a mudança estatutária da COPEL, elas podem ser transformadas em ordinárias, dependendo da cláusula estabelecida na alienação delas. Não depende mais o estatuto já autorizou isso. Só para que V.Exa. tenha o esclarecimento.

Era isso, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Por aquiescência da Mesa e da direção da Casa, nós estamos realmente fazendo as discussões do Requerimento que está sendo apresentado agora, Pela Ordem.

Concedo a V.Exa., Deputado José Maria Ferreira, dois minutos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Deputado Julio Ando que estréia na Casa com muito brilhantismo, afirmou que o controle da TELEPAR e a COPEL pertence ao Estado. Ora, nós sabemos que o controle da COPEL sim, tanto é que foi objeto de legislação aqui na Legislatura anterior, do ano passado.

No entanto da TELEPAR há anos não tem mais o controle do Estado. A TELEPAR passou através da inversão da TELEBRÁS, quando a TELEPAR não tinha recursos para fazer os investimentos no Estado do Paraná. Ela foi investindo e o controle acionário foi sendo transferido gradativamente para a TELEBRÁS. Portanto hoje a TELEPAR pertence ao controle do sistema TELEBRÁS. É só esse esclarecimento que eu quero colocar, para que depois nós não tenhamos outro problema de artigo ou de

Curitiba, quarta, em 26.02.97

controle aqui dentro. Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Só gostaria de dizer, pelo posicionamento e a maneira com que o Deputado Angelo Vanhoni está colocando, está querendo dar uma aula política aos Deputados da situação. Quero dizer ao Deputado Angelo Vanhoni que eu reconheço a sua competência, sei que é um Deputado brilhante, mas quero dizer também a V.Exa. de que a questão da venda e das ações são atos jurídicos distintos, esta a

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - O Deputado Valdir Rossoni diz que a questão venda e das ações são coisas distintas, não é possível que ele tenha dito isso!

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu observei com atenção as explicações do Deputado Rossoni, e me causou estranheza Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma afirmativa do Deputado Rossoni, eu gostaria que fosse confirmada. Ele diz claramente que o Estado do Paraná caucionou as suas ações na emissão de debêntures mediante um empréstimo efetuado perante o BNDES. Muito bem, e que a caução não significa venda. Mas que a Lei 11.253 quando nós aprovamos nessa Casa ficou muito claro, que nós autorizamos o Poder Executivo a vender ou dar em caução essas ações.

(Turmoil em Plenário)

Muito bem, e no Artigo 4º está muito bem explicada a destinação deste recurso no Artigo 4º - "Na utilização dos recursos obtidos com a venda das ações de que trata o Artigo 1º da Lei, subentende-se venda ou caução porque nós estamos autorizando essa questão. A destinação de recursos, vai para aplicações em atividades produtivas, de investimentos que gerem efetivo aumento de receita tributária, geração de empregos, preservação de patrimônio revestida, atrações de capitais, investimento na área energética". Faço essa observação Senhor Presidente, porque a cláusula da Debêntures significa que o não cumprimento, se por acaso o Governo do Estado, no vencimento dessa Debêntures não honrar o compromisso, ela automaticamente fica como quitação de dívida. Então subentende-se que a receita proveniente da emissão de uma Debênture e da comercialização da Debênture, têm que ser aplicada neste investimento e não para pagamento de salário de funcionários. Então quando a Assembléia e a Comissão questiona e pede informações para saber aonde está sendo aplicada essa verba. Acho justo legal e legítimo que o Governo do Estado, a COPEL, a Secretaria da Fazenda preste contas a esta Casa. (É retirado o som)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a hora do expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/95, de autoria do Deputado Cleiton Kiêlse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Caiuá, o Imóvel conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 328/95, por 10 (dez) sessões. - Aprovado. Fica, portanto adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 328/95.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo alienar a José Paulino de Carvalho, o lote nº 98, do Imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C. - Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 027/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo alienar a José Korki e Stefano Korki, o lote nº 20, do Imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C. - Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/96, de autoria do Deputado Remy Borsatto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Jacarezinho área de 4.101,00 m² com área construída de 1.611,36 m², pertencente a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 07, de 04.03.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 032/96

##### PARECER

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Remy Borsatto, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura de Jacarezinho, área pertencente a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Chamada essa Comissão constitucional e de técnica legislativa, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 032/96

##### PARECER

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Remy Borsatto, que visa fazer uma doação de uma área de terra no Município de Jacarezinho/PR, não encontra nada que obste a sua tramitação legal, nesta Casa.

Somos portanto de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 04.06.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente  
MILTINHO PUPPIO - Relator

Ofício nº 086/96.



Jacarezinho, 12 de fevereiro de 1996.

Senhor Deputado:

Pelo presente, esta Municipalidade vem respeitosamente à presença de V.Exa. solicitar os devidos préstimos, no sentido de que seja viabilizada junto a Assembleia Legislativa a doação do imóvel do Serviço de Combate a Broca, pertencente ao Estado do Paraná, objeto da transcrição nº 10.174, fls. 252 do Livro 3-J, com terreno medindo 4.101,00 m² e área construída de 1.611,36 m².

Nossa solicitação prende-se aos nossos interesses em incrementar e fomentar a instalação de pequenas e médias empresas em nossa cidade, oficializando empresas informais, e oportunizando àquelas que sem capital para aquisição de espaço físico, venham operacionalizar na incubadora, que certamente nos levará ao sucesso pretendido, aumentando a oferta de empregos nesta cidade, além de aumentar consideravelmente o recolhimento de impostos que transformaremos em bons serviços à população.

Na oportunidade, apresentamos os protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Dr. Emmanuel Gonçalves Vieira  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor RENEY BORSATTO  
Deputado Estadual  
Assembleia Legislativa - Gabinete 301  
80.530-911 - Curitiba - PR

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Léo Fernando da Silva Ditzel, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 120, de 13.08.96).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 363/96

##### PARECER:

A matéria em questão, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Léo Fernando da Silva Ditzel.

Sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, não encontramos óbice ao Projeto de Lei nº 363/96 e exaramos nosso parecer favorável à tramitação do referido projeto.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EMERSON NERONE - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento nº 180, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 184, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa deferir e irá proceder a verificação de votação.  
(É procedida a verificação de votação)  
Rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 185, de autoria do Senhor Deputado Calto Quintana, com apoio dos Senhores Deputados Renato Adur, Toti Colaço, e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa deferir e irá proceder a verificação de votação.  
(É procedida a verificação de votação)  
Rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 188, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em votação.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estamos solicitando estas informações porque corre-se extra-oficialmente, que no mês de novembro do ano passado o Governo do Estado, tenha gasto 17 milhões de reais com publicidade. O montante é bastante elevado e é necessário que esta Casa tome conhecimento, porque há uma grande deficiência na área de saúde. E quero lembrar, inclusive, na área de saúde do servidor público e o que se divulga por aí é que naquele mês, só o IPE gastou em publicidade 2 milhões e 200 mil reais, enquanto os servidores públicos do Estado não têm sido atendidos na hora que eles necessitam.

Então este Pedido de Informação, diz respeito ao que queremos que o Governo especifique mês-a-mês o quanto ele gastou em Comunicação Social. Qual é o órgão de imprensa que tem recebido e qual é a fonte pagadora?

Isso é o mínimo de direito que um Parlamentar tem, para tomar conhecimento de como o Governo gasta em propaganda e publicidade.

Acho bastante grave, bastante mesmo, porque existe nas denúncias, nesta conta Parlamentares desta Casa, listado como quem recebe verbas da Secretaria de Comunicação Social.

Isso não pode circular extra-oficialmente ou circular fora de ambientes específicos, o que está vazando para a imprensa, coisas inverídicas. Estão na lista, inclusive Parlamentares desta Casa.

Neste sentido é que solicitamos a aprovação deste Pedido de Informação, para podermos ver o que é de real e o que é de verdadeiro nisso. Porque senão vai ficar sob suspeita inúmeros de nós Parlamentares. Dizendo que estamos recebendo verbas de Comunicação Social dessa Secretaria.

Nesse sentido que vejo a importância desse Pedido, a aprovação deste Pedido de Informações. Assim solicito a votação favorável da Bancada Governista, uma vez que é direito, nós como cidadãos, sabermos no que se gasta neste Estado, como as Agências de Publicidade participam disso, porque se for um montante de 17 milhões, só num mês é superior ao que gastou a Secretaria de Estado da Saúde o ano passado, isso é inconcebível para um Estado que tem tantas necessidades sociais.

Assim peço a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação - Requerimento do Dr. Rosinha. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) -

Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Verificação de votação dos Senhores Deputados que aprovam o Requerimento.

Treze Senhores Deputados aprovam o Requerimento.

Os Senhores Deputados que rejeitam o Requerimento.

Vinte Senhores Deputados rejeitam o Requerimento.

Rejeitado o Requerimento.

Pela Ordem concedo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - São dois os motivos, primeiro deles registrar o voto favorável da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Segundo dizer: Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, V.Exa. que esteve aqui na legislatura anterior e que em muitos momentos tentou obter informações do Governo, o Senhor tem uma postura autoritária...

O Sr. Valdir Rossoni - Senhor Presidente, não cabe à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Tem a palavra o Deputado Dr. Rosinha e queria que V. Exa. usasse para justificar o seu voto.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Estou justificando e a justificativa se deve fazer em cima de um momento de indignação, porque a impressão que se tem, é que a ditadura que tem no Palácio do Planalto é respeitada no Palácio Iguaçu, comandada por uma bancada de sustentação do governo.

Senhor Presidente, quando por ocasião de discussão a Mesa desta Casa, levantamos a questão da independência deste Poder e este Poder está se mostrando subserviente ao Palácio Iguaçu por ação da maioria, não de todos os Parlamentares.

Nesse sentido pergunto: para quê mandato de Deputado se não se consegue saber onde o governo gasta o dinheiro? Dois milhões e duzentos mil reais o IPE, em um mês, dispendeu em publicidade. São 17 milhões. Existe uma lista de novembro que o Deputado Algaci Túlio teria recebido 12 mil e quinhentos reais. É o que circula. Levanta-se essa suspeita sobre o Líder que está na Secretaria de Comunicação. É isso que não pode permanecer, é isso que tem que deixar claro.

Por isso votamos favoráveis ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Requerimento nº 144, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, com apoio do Sr. Deputado Techy Filho, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI - Só para dizer ao Deputado Toti Colaço que apesar de ele não ter respondido a minha pergunta no dia de ontem, peço para a Bancada de apoio ao governo que aprovemos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Gostaria de dizer ao Líder do Governo, que além de responder ontem, tenho mais uma lista de obras de asfalto, feitas pelos Governos do PMDB, iniciada pelo pai do Deputado Beto Richa e concluída no Governo de Mário Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Aprovado.

Requerimento nº 145, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, com apoio do Sr. Deputado Techy Filho, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 173, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Caio Quintana, com apoio do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar) -

Queria falar como Líder da Bancada do PT e fazer um apelo ao PMDB e demais Parlamentares que acreditam um pouco na democracia e que esse Poder tem algum sentido, porque estou percebendo que esse também não será aprovado.

Acho que aprovar um requerimento de fiscalização, diria que é minoria. Não é uma questão de maioria. Qualquer cidadão desse país e desse Estado, se vivermos num regime minimamente democrático, tem o direito à informação. Acho que é uma atitude criminosa impedir que um Deputado, representante do povo não tenha acesso à informação.

Essa é a arma da ditadura e do autoritarismo. Todos os teóricos colocam como primeiro princípio do autoritarismo, o segredo, a falta de transparência. Temos a obrigação de denunciar, neste momento, o Governo Lerner como um governo autoritário, que esconde do povo do Paraná as informações que esse povo julga necessário.

Esse governo é responsável porque não sai em préstimo internacional, destinado a resolver os graves problemas dos pequenos produtores rurais do nosso Estado porque se nega a dar informações.

Temos que denunciar isto, Deputado Caio Quintana, e entrar imediatamente com uma ação na justiça - assinada por todos nós - para acabar com esta máscara de democracia que este Governo procura pregar para o povo do nosso Estado.

Não podemos aceitar que se use recurso público para financiar estatais e empresas internacionais sem saber quanto foi utilizado. Isso para mim é crime. E eu conversava há pouco com o Deputado Ângelo Vanhoni, há uma decisão do STF que proíbe os Estados a subsidiar, através de imposto sem passar pela Assembléia, grandes empresas, utilizando segredo. Não há nenhuma justificativa para este segredo a não ser maracutaia. No começo do meu mandato fiz uma denúncia, nesta Casa, sobre o Canal Extravisor em que o Governo fugia da licitação e da concorrência pública alegando regime de urgência. Ia construir o Canal em 3 ou 6 meses e até hoje não foi construído. Superfaturando porque não tinha licitação. Vergonhosamente este mesmo Governo tem a coragem - parece que não existe mais lei neste país, neste Estado - de publicar no Diário Oficial um contrato de mais de 14 milhões de reais por uma das empresas financiadoras da sua campanha, sem licitação, alegando regime de urgência de 365 dias!

Em que tipo de país nós estamos vivendo?

Isso envergonha qualquer Poder. Quando era Vereador em Ponta Grossa, mesmo sendo o único Vereador do PT, uma Oposição minoritária mas conseguimos aprovar na Lei Orgânica que os Pedidos de Informação teriam um prazo de cinco dias para o Governo Municipal responder, porque é um direito sagrado das minorias e de cada cidadão. É vergonhoso que neste Poder não possamos nem sequer, pedir informação para saber o que está acontecendo dentro do Estado.

Temos uma obrigação moral de entrar com uma ação na justiça, existe justiça neste país, usando simbolicamente o dia de hoje, que é o dia que o Poder Judiciário faz manifestação em todo o Brasil, pela independên-

cia dos Poderes, temos que colocar essa questão e entrarmos já, esta semana, com uma ação para impedir que este Governo seja um Governo totalitário que guarda segredo em questões que atinem ao interesse do povo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para encaminhar, o ilustre autor, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Antes da manifestação de encaminhamento gostaria, até, de pedir desculpas à V. Exa., a esta Casa e aos companheiros presentes, especialmente o companheiro Valdir Rossoni, tenho um problema comigo: aceito o diálogo.

Portanto, quando não é possível esse diálogo, o meu temperamento me faz ter explosões indevidas.

Queria dizer: nesse Requerimento começou, inclusive, a polêmica de Plenário. Não estou pedindo convocação de Secretário, estou pedindo a coisa mais transparente e mais simples junto com o Deputado Vanhoni, que é membro da Comissão desta Casa, que, por força de Lei, acompanha a venda das ações da COPEL. E pela transparência prevista no artigo 37 da Constituição do Estado, pedindo só o seguinte: nada que não possa ser respondido. Perguntando ao Secretário da Fazenda o total das ações da COPEL, preferenciais e ordinárias, que é o que foi usado como caução, garantia de financiamento pela ação financeira, especialmente como lastro para emissão de debêntures, especificando quanto foi arrecadado, a data que as operações ocorreram, quanto recurso foi arrecadado e onde foi investido, nada mais!

Se não pudermos responder isso, não poderemos sequer fazer o balanço do Estado do Paraná que vai ter que ser apresentado para a Assembléia Legislativa no final do ano para o Tribunal de Contas. Estaremos alimentando a imprensa que está sentada ali atrás para continuar acreditando que possa existir alguma coisa nas debêntures. Estamos aqui, Srs. Parlamentares, preocupados! Não é, nenhuma vez me viram informar ou dizer que tem algum tipo de equívoco nas debêntures, estou preocupado com a Assembléia que aprovou uma Lei e nessa Lei, no § 4º, Art. 1º diz que uma Comissão de cinco Deputados acompanhe a venda.

Ora, temos o direito de saber, como membros dessa Comissão, inclusive, porque aqui é uma questão muito longa para ser discutida. O lastro das debêntures são ações, no entanto, a própria Lei diz que quando o Governo não resgata as debêntures imediatamente as ações são vendidas. E quando vendidas o § 4º diz que, quer sejam preferenciais ou ordinárias, a Assembléia Legislativa acompanha. Só queremos essa confirmação, nada mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que essa Mesa Executiva anuncia em nosso meio o vice-Prefeito de Tibagi, o Ascânio, que com outros companheiros nos honram com a sua presença, bem como, companheiros nossos de Ponta Grossa, o Dirceu Aju, o Bier e o Luiz Pereira Gomes.

Para encaminhar, concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, quero também em nome da Bancada do PMDB, encarecer aos Deputados do nosso Partido que hoje se encontram em nosso Plenário, no caso o Pessuti, o Caíto, o Toti, o Romanelli, o Adur, o Sâmis e o Durval, o Tavares, não está aqui porque está acamado

hoje, me telefonou pedindo para justificar a sua ausência. Mas pediria a esses sete Parlamentares que aqui estão, me incluindo entre eles, para que dêssemos voto favorável a esse Pedido de Informação do Deputado Caíto Quintana e do Deputado Vanhoni, porque entendo que se não aprovarmos esse Requerimento, estaremos desautorizando a própria Lei que um dia votamos nesta Casa, quando dissemos que as vendas das ações teriam que ser acompanhadas por cinco membros desta Casa, que foram posteriormente indicados pelo nosso Presidente Deputado Anibal Khury.

Negar esse Pedido de Informações que está sendo proposto por dois membros desta Comissão, que não possuem, mesmo sendo membros desta Comissão, as informações da venda das ações que eles teriam que estar acompanhando. Se não aprovarmos isso é negarmos realmente tudo aquilo que afirmamos aqui dentro, quando aprovamos uma Lei como essa que foi da venda das ações da COPEL, que era o direito legítimo do Parlamentar, o direito legítimo do Parlamento, de acompanhar os atos do Governo nesse caso específico.

Então, peço ao Durval, ao Sâmis, ao Adur, ao Romanelli, ao Toti, ao Caíto, que somemos esforços para que esse requerimento possa ser aprovado e que a gente tire as dúvidas que hoje não são só do Paraná, são dúvidas que estão transitando por uma CPI dos precatórios em Brasília, são dúvidas que estão tramitando em depoimentos de Senadores que não apenas o Requião, mas Wilson K.A., Esperidião Amin, e tantos outros Senadores, são dúvidas que estão sendo levantadas pelos jornais, nacionalmente, talvez nós aqui sejamos aqueles que estejamos até menos preocupados com isso.

Então, vamos aprovar esse Requerimento, vamos ter as informações, para que a gente possa inclusive, tirar esse burburinho que existe de coisas erradas, se elas não existirem.

Então eu peço aos Deputados do PMDB que votem favoravelmente a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Regimentalmente dois favoráveis e dois contrários. Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Emerson Nerone por 2 minutos.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, para complementar a palavra do Deputado Orlando Pessuti, tenho a impressão Deputado Orlando Pessuti, que seria até interessante, num momento como esse, em que o Brasil todo lança dúvidas sobre essa história das debêntures, dos precatórios, títulos públicos, e todo esse tipo de negociata que houve aí em alguns Estados, e quando o Brasil todo lança dúvidas sobre o Estado do Paraná, na questão das debêntures, seria até interessante ver a Bancada do Governo do Paraná rejeitar esse Requerimento. Porque aí passaríamos um Fax a todos os Senadores, dizendo o seguinte: Olha, há dúvidas, e as dúvidas estão fundadas, uma vez que a Bancada do governador Jaime Lerner na Assembléia Legislativa negou as informações que o Senado vai obter com certeza, mas vão por aí, vão a fundo, as debêntures tem "mico" sim, tem coisa errada, o caminho é por aí, passa de denúncia para a gente começar então a mexer com fatos concretos. Por enquanto é só uma suspeita, uma leve suspeita, que então, com a rejeição desse Requerimento vai passar a ser causa de fato, de investigação do Senado.

Sinceramente como opositor, voto favorável mas diria assim que gostaria de ver rejeitado, porque acho que seria irônico, os Senadores da República receberem a

rejeição por parte da Bancada do PDT, da Bancada do Governador Jaime Lerner nesta Casa, a rejeição desse Requerimento, negando informações, isto é, dizendo que não é mais só fumaça, tem fogo a ser escondido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Requerimento, Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão...

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Eu sou o autor do Requerimento e gostaria que V.Ex.<sup>a</sup> me concedesse, pelo menos um minuto.

mais um minuto a V.Ex.<sup>a</sup>, dois minutos, em seguida votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Muito obrigado, Sr. Presidente!

Queria fazer um apelo à Bancada da Situação, em especial, ao Líder Deputado Valdir Rossoni.

Nós ao formularmos este Requerimento, de certa maneira V.Ex.<sup>a</sup>, quando veio à Tribuna hoje, citou dados que V.Ex.<sup>a</sup> tem por ser Líder do Governo do montante de ações, do montante de emissões de debêntures que o conjunto dos Deputados não têm esses dados.

O Governo do Estado e a Secretaria da Fazenda, têm todos os balancetes a respeito de todas as operações em relação as ações da COPEL, desde a primeira operação até a última, que aconteceu no mês de janeiro. A única coisa que este Requerimento está solicitando, é em nome de uma delegação dada até por este Poder Legislativo, que quando nós fizemos uma discussão sobre a COPEL ficou acordado por unanimidade deste Poder Legislativo que a Assembleia Legislativa de alguma forma iria acompanhar a emissão de debêntures, a caução, a garantia e a venda de um patrimônio que não é do Governador Jaime Lerner, não é nem meu, não é de nenhum ex-Governador, é de todo o povo do Paraná.

Então, é com esse intuito que uma Comissão de 05 (cinco) Deputados foi formalizada, não precisamos nem entrar nas discussões políticas, nas nossas diferenças, porque 03 (três) Deputados que compõe esta Comissão são de base de apoio ao Governo.

Então, eu gostaria de fazer um apelo à Bancada de Situação, porque muito mais interessa para o povo do Paraná, para a sociedade, que como tem afirmado o Secretário da Casa Civil, Giovanni Gionedis e até o próprio Líder Valdir Rossoni, de que as operações são tranquilas, são operação transparentes, não há problema nenhum, de que essas informações mínimas de quais tipos de ações, quantas ações foram caucionadas, através das debêntures, quantas foram vendidas, que a Assembleia Legislativa tenha essas informações. Mesmo, porque Deputado Valdir Rossoni, nós seremos obrigados a entrar na justiça, Sr. Presidente, porque o último Parágrafo, o Parágrafo Único, diz respeito o seguinte:

"Deverá o Executivo Estadual incorporar no relatório do balanço anual a ser enviado ao Poder Legislativo informações a respeito da quantidade das ações, a respeito no item 2 (dois) da percentagem de ações ordinárias em poder do Executivo Estadual e assim por diante."

Quer dizer, conforme a própria Lei prevê essas informações têm que vir para a Assembleia Legislativa.

Então, faço um apelo à Bancada de Situação que aprove este Requerimento, para que a gente possa fazer um debate sobre aquilo que realmente foi operacionalizado em relação as ações da COPEL.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o

Requerimento.

Srs. Deputados que aprovam o Requerimento, conservem-se como estão.

Requerimento rejeitado.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esta Mesa deferir e fará a Verificação de Votação.

(Pausa)

Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se. Quinze, com o ilustre Deputado Nerone, aprovam o Requerimento, Vinte e um Srs. Deputados rejeitam. Rejeitado. Concedo a palavra ao ilustre autor, Deputado Caio Quintana.

O SR. CAIO QUINTANA - Só para registrar o voto Sr. Presidente, eu, com sinceridade, começo a imaginar que tem coisas irresponsáveis nos debêntures. Não é possível. Agora, eu quero deixar claro uma coisa, para que este plenário saiba, nós conhecemos os caminhos que nos permitirão, que esses mesmos dados que o plenário desta Casa está nos negando para conhecimento da comissão, que faz parte. E convoco o Deputado Ângelo Vanhoni para que possamos conversar, após o plenário, se permanecemos ou não nessa comissão. Porque se for para termos que assinar documentos que nos negam a informação de quantos foram colocados é melhor que nós abandonemos a comissão.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Pela Ordem, (Assentimento)

Deputado Caio Quintana, acho, que em função de uma atribuição que o Poder Legislativo nos deu, de acompanhar, fiscalizar, e trazer informações a este plenário, dado que pela primeira vez que solicitamos informações, as mais tranquilas a serem dadas que devem ser de conhecimento público, que não estão sendo autorizadas pela bancada que dá sustentação ao Governo, de minha parte, eu já digo que renuncio a esta comissão, e quero expor os meus motivos à imprensa, e aos Srs. Deputados, junto com V.Ex.<sup>a</sup>, se assim o bem entender. Porque não há mais sentido a nossa presença nessa comissão.

O SR. CAIO QUINTANA - Sr. Presidente, eu quero acompanhar o posicionamento do Deputado Vanhoni. Oralmente, peço que a Assembleia me retire desta comissão. Encaminharemos oficialmente, porque não é possível, Sr. Presidente, pertencer a uma comissão que nos nega o direito de saber quantas ações foram colocadas como garantia de debêntures, quantas foram vendidas, e aonde foram aplicadas. É só isso. Nada mais do que isso. Se isso não pode ser respondido para a comissão, então alguma coisa tem que estar sendo escondida aí.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vs. Ex.<sup>as</sup>. encaminhem à Presidência, à Mesa Executiva, o desligamento, e nós iremos deferir de acordo com a vontade expressa por escrito de Vs. Ex.<sup>as</sup>.

Pela Ordem, concedo a palavra ao líder do Governo, Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu só gostaria de colocar aqui, que ficasse claro, de que novamente discordo totalmente da posição do Deputado Caio Quintana. As informações requeridas pelo Deputado Caio Quintana foram prestadas por mim, nes-

ta Tribuna, mas ele insiste em querer não atender (tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Requerimento nº 174, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - V.Exª, esse nosso Requerimento, de vir aqui, formalmente, nós pedimos a vinda do Secretário Giovani Gionédís. Mas é uma formalidade, porque há uma interpretação da Mesa, que considero errônea, porque quem pode mais ou pode menos, é um princípio de direito, que nós podemos convocar o Secretário de Estado, e é claro que podemos convocar o presidente de uma estatal, mas é o entendimento da Mesa, que depois, é claro, num momento apropriado, nós teremos que discutir.

Eu respeito a assessoria da nossa Mesa. É uma assessoria experiente, mas eu divirjo dela.

Quem nós queremos trazer aqui é o Presidente da COPEL. Por quê? Porque ele assinou um contrato sem prévia licitação. Um contrato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estranhíssimo. Eu depois vou distribuir cópias do contrato que foi assinado é um contrato irregular, tem como indexador o dólar americano e as alterações da taxa de câmbio do dólar americano. É um contrato que estabelece taxa de juro anual para seu pagamento, um contrato de 42 meses. Este é um contrato irregular, eu inclusive já encaminhei ao nosso Tribunal de Contas de quem espero providências. Conversei hoje com o Presidente Artagão de Mattos Leão, que já designou um inspetor para ir a COPEL verificar a denúncia que estamos fazendo, e tenho certeza que o Tribunal vai tomar as suas providências.

Mas, o Presidente da COPEL tem que esclarecer duas denúncias que fiz aqui. A primeira é este contrato que foi publicado em Diário Oficial. Ao contrário do que diz o Sr. Valdir Rossoni, eu não cometi, nesta Tribuna, nenhum ato leviano porque eu leio o Diário Oficial. Está ali o extrato do contrato, e depois eu consegui a cópia de inteiro teor do contrato feito com a empresa INEPAR S/A, a segunda maior contribuinte da campanha do Jaime Lerner ao Governo em 94.

E este contrato beneficia, não há precedentes na história do Paraná de 15 milhões de reais, sem licitação, feito com uma empresa como este que foi feito com a INEPAR.

A segunda questão é o jogo de cartas marcadas que nós estamos denunciando, desde o ano passado, que é o da privatização, a entrega do patrimônio público, que é a Usina de Caxias, 55%, e eu estou dizendo que quem vai ganhar a licitação é a famosa INEPAR liderando um consórcio de duas empresas, a Sade/Vigesa.

Então Sr. Presidente, Srs. Deputados, são fatos graves, o Presidente da COPEL tem que vir a esta Casa esclarecer muito bem explicadinho estas questões. Porque nós não podemos, Deputado Valdir Rossoni, nesta Casa aqui querer tapar o sol com a peneira. São atos irregulares que certamente irão desembocar com ações na Justiça e esta Casa não pode ser omissa. Tem razão o Deputado Rosinha, nós temos que exercer nosso Mandato com integridade, com independência. Não é porque o Parlamentar apóia o Governo que vai assinar em baixo desta maracutaia que está se fazendo para beneficiar a INEPAR.

Nós temos que dar um basta nisso, é claro que se dá sustentação ao Governo e reconheço aqueles que o fazem, mas não podemos assinar embaixo do que se pratica de ato irregular como fez o Presidente da COPEL. Por isso ele tem que vir aqui explicar porque ele fez o contrato, sem licitação para a INEPAR.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Requerimento.

Rejeitado.

Procedemos à Verificação de Votação requerida pelo Deputado Pessuti.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, 12.

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, 21. Rejeitado.

O SR. ROSSONI (Pela Ordem) - Quero, em nome da Liderança do Governo deixar aqui a todos os Parlamentares a posição do Governo. A qualquer hora, a qualquer momento, a qualquer dia os Secretários estão a disposição de qualquer pessoa que queira esclarecimentos. Se tiver qualquer dificuldade para marcar esta audiência gostaria que o Parlamentar me comunicasse a hora que ele quiser. Os nossos Secretários se colocam a disposição no horário que o Deputado quiser para fazer todos os esclarecimentos. Agora, nós queremos deixar claro, quando alguém quiser aqui fazer uma demonstração de confronto aí não tem mais como conversar, porque não estou tendo a liberdade de fazer aqui os esclarecimentos dos Requerimentos que aqui foram feitos. E esta a posição e me coloco a inteira disposição, o Governo se coloca a inteira disposição para qualquer esclarecimento, porque nós não temos o que esconder.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Acho que não é o melhor método de exercer a democracia. Ou a democracia se exerce coletivamente onde toda a sociedade possa exercer e ter os seus direitos respeitados, ou não existe democracia a nível individual. Quando de um Secretário convocado esse Secretário se há transparência, se não há dúvida, se não temos nenhum problema de irregularidade, não tem problema nenhum dele vir aqui, assim como o Pedido de Informação.

Deputado Valdir Rossoni, o Senhor pode marcar a audiência com o Secretário Jaime T. Lichinski, e peça a ele colocar a disposição todas as contas da Secretaria de Comunicação, o dia e a hora que o Senhor desejar eu vou, mas quero conferir todas as contas. O Deputado Valdir Rossoni fugiu como sempre, para os Senhores verem Deputados, o que ocorre, acabou de dizer e fuge porque não é verdade o que acabou de dizer, não cumpriu com a palavra, não assume aquilo que pediu para registrar nos Anais da Assembléia e já se retira do Plenário, o que significa que não há transparência, não há democracia na hora que se quer transparência aprove-se o Requerimento, o Pedido de Informação, significa que há irregularidade nesse Governo, se não se aprovava. Não adianta fazer esse discurso de Liderança de Governo e se retirar desrespeitando os demais Parlamentares. E eu que aceitei a proposta feita pelo Deputado, se ver que não será encaminhada aguardo, espero que ele assim o faça, mas com todos os documentos explicando: órgão pagador, órgão recebedor, seja pessoa física ou jurídica, durante dois anos, mês a mês, Secretaria de Comunicação Social, e que seja material original porque levarei comigo os documentos para serem conferidos por auditor independente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Informo ao Plenário que o ilustre Deputado Valdir Rossoni está concedendo entrevista a imprensa e eu acredito que ele volta, assim Vossa Excelência terá oportunidade de inquirir quando ele retomar ao Plenário, como está o Deputado Caio Quintana também lá fora.

O SR. FLORISVALDO FIER - Ele é quem fez o convite e eu entendo como desrespeito o ato do Deputado.

O SR. LUIZ C. ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu também acho que embora o Deputado



Valdir Rossoni tenha o direito pleno de conceder entrevistas, ele fez uma provocação no Plenário e se ausentou, mas isso é um direito que ele tem. E eu o respeito por ele fazer isso.

Na verdade eu quero dizer o seguinte, que é o cúmulo do absurdo, só de fato alguém que não conhece o princípio como o nosso Presidente Aníbal Khury, que mercedosamente viaja, que conhece o princípio de Montesquieu "da independência e da interdependência dos três poderes". Ora, nós temos aqui na Assembléia Legislativa prerrogativas que nos são concedidas pela Constituição Estadual e pelo Regimento Interno desta Casa. Não é possível que o Líder do Governo venha querer dizer para nós que para obter informações ou esclarecimentos você tem que pedir audiência para Secretário. É o cúmulo, é na verdade, na minha avaliação, despreparo absoluto do Deputado Valdir Rossoni de fazer uma afirmação igual a esta. Confesso a V. Exa. que como V. Exa., Presidente, é um Parlamentar experiente, pudesse ao término da sessão chamar o Deputado Valdir Rossoni e passar a ele naturalmente alguns esclarecimentos sobre o que ele um parlamentar experiente, pudesse ao término da sessão chamar o Deputado Valdir Rossoni e passar a ele naturalmente alguns esclarecimentos sobre o que ele pode ou não pode dizer aqui nesta Casa, sob o risco de cairmos no ridículo, porque é desrespeitar não a mim, o Deputado Rosinha ou qualquer Deputado desta Casa, mas a Assembléia Legislativa enquanto Poder. Porque hoje mesmo, o Poder Judiciário no Brasil inteiro e aqui no Paraná realiza sessões públicas, para poder requerer justamente a sua autonomia e a sua independência. E nós aqui, por recomendação do Líder do Governo, se quisermos saber alguma coisa temos que pedir audiência a um subalterno do Governo. É o cúmulo ouvir aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - O Deputado Valdir Rossoni fez uma provocação com relação toda a oposição, marcar no final do dia conversar com o Secretário. E me parece que há uma confusão aí, porque a inter-relação dos Poderes, prevê a convocação do Secretário, inclusive por Comissões, não precisa nem ir ao Plenário, a Comissão tem esse Poder de convocação para esclarecimentos.

Mas convém lembrar e oportunamente que nós já tivemos uma audiência marcada na COPEL com o Senhor Presidente e lá estava a Bancada do Partido dos Trabalhadores e os Senhores Deputados estava também o Belinati, Sérgio Spada, estava o Deputado Calto Quintana e estivemos lá Deputado Rossoni e não fomos recebidos. Será que o Deputado vai ter essa capacidade de marcar essa audiência e ele nos receber. Pelo jeito está melhorando as coisas. Agora é muito difícil dar essas informações. Acredito que seja muito difícil, que de repente vai recorrer ao corpo técnico como fez na ocasião passada, nos mandando uma pessoa do terceiro ou quarto escalão da COPEL nos atender.

Inclusive o Presidente da COPEL foi considerado persona não grata pelo Presidente Aníbal Khury que o barrou na entrada aqui e desde aquela ocasião não entrou mais na Assembléia Legislativa.

Talvez seja esse o motivo de termos de ir para lá, porque ele não pode vir mais aqui porque dá problemas com a segurança.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Senhor Presidente concedo a palavra ao Senhor Orlando Pessuti.

ti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Já demos por encerrado o nosso aparte, os debates alusivos aos debêntures, pelo menos na Sessão Ordinária de hoje. E como Deputado Rossoni faço um apelo ao vice-Líder do Governo Deputado Edgar Bueno e quero também pedir um esforço pessoal do Deputado Cezar Selme nesse assunto.

Tenho recebido diariamente uns cinco ou seis telefonemas, de APAES, Associação de Pais e Amigos de Excepcionais do Estado do Paraná, a respeito de muitos problemas que estão acontecendo.

Recentemente nós oficializamos a Governadora Emilia Belinati e depois a sua assessora Mariângela nos telefonou e ontem recebemos um ofício do assessor Marcelo a respeito dos recursos da antiga LBA, que estão em atraso através da Secretaria da Criança e Assuntos da Família desde o mês de outubro do ano passado.

Portanto, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro já estamos aí com cinco meses sem que esses recursos seja repassados às APAES ao Estado do Paraná, causando um transtorno sem tamanho, levando muitas Instituições até a fazer com que os seus dirigentes, os seus professores tenham que buscar recursos, através de empréstimos pessoais para continuar honrando os seus compromissos e despesas que são diárias nessas escolas que atendem ao deficiente físico. Além desses recursos da antiga LBA, que são repassados pela Secretaria da Criança e Assuntos da Família, temos também os recursos do convênio para pagamento do pessoal técnico, professor e demais que também não teve ainda repassado o valor relativo ao mês de janeiro e conseqüentemente ao mês de fevereiro.

Então faço um apelo ao Deputado Edgar Bueno, vice-Líder do Governo, Deputado Selme parceiro incansável em favor das APAES do Paraná que façamos um esforço do tamanho que for preciso para que as nossas APAES, para que a família APAEANA do nosso Estado possa realmente voltar à normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Endossada pela Mesa Executiva, a posição de V.Exa. que realmente a situação das APAES e também APSD que também tem esta dificuldade.

O SR. WALMOR TRENTINI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Presidente do PDT de Santa Cruz do Monte Castelo o Armando Garcia e do Vereador Edson Carlos dos Reis o "Dunga" da mesma cidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente endossada e associada pela Mesa a visita das ilustres presenças.

#### Requerimentos:

Requerimento nº 177, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 179, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 182, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 186, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 187, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira dia 27, às dez horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 363, 511  
032/96  
e do de Resolução nº 029/96

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 006/97,  
033/96 e 034/96

Levanta-se a sessão.

**Atos da Diretoria Geral:**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

**PORTARIA Nº 26/97**

colocar à disposição da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, na Cidade de Ponta Grossa, o servidor Marco Antonio Grott, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.97.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.02.97.

**PORTARIA Nº 28/97**

colocar à disposição da 3ª Regional de Saúde, da Cidade de Ponta Grossa, o servidor Claiser Corredato, até 31.12.97, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.02.97.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral